

Report

# Description Record

Report date

2021-04-12

Record

PT/BP/BP-BRAGA - Agência do Banco de Portugal em Braga

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/BP/BP-BRAGA
<b>Nyron reference code</b>	BP-Braga
<b>Title</b>	Agência do Banco de Portugal em Braga
<b>Production dates</b>	1890-02-21 - 2006-12-27
<b>Dimension and support</b>	522 ; Papel

**Biography or history**

Na sequência da Carta de Lei de 29 de Julho de 1887, o Banco de Portugal celebrava, em 10 de Dezembro, um contrato com o Governo passando a deter o monopólio da emissão de notas no Continente e Ilhas, durante 40 anos. Foram-lhe atribuídas as funções de banqueiro do Estado e de Caixa Geral do Tesouro obrigando-se a estabelecer caixas filiais e/ou agências nas capitais de distrito no prazo máximo de 4 anos, posteriormente prorrogado para 5 anos. Até os serviços serem definitivamente organizados ficavam a dirigir as Agências os tesoureiros pagadores dos respetivos distritos com a função de agentes provisórios. Assim, iniciava a Agência de Braga provisoriamente a sua atividade em 1 de Janeiro de 1888, tendo à sua frente José Maria Brandão Pereira, tesoureiro do distrito e João António de Oliveira, correspondente na zona. Em 28 de Fevereiro de 1890, Eduardo Frederico Pereira de Melo autorizado pelo Conselho de Administração a organizar a Agência definitiva reunia o tesoureiro pagador e João São Romão, filho do anterior correspondente na cidade, empossando ambos como agentes passando assim, esta delegação a funcionar com carácter definitivo a partir de 1 de Março, tendo como pessoal, para além dos dois agentes, um 1º caixeiro, dois escriturários e um servente.

O distrito de Braga caracteriza-se pelo facto de a indústria ter aqui papel preponderante a par da agricultura, sendo de destacar a metalurgia, indústria têxtil, cutelaria, curtumes, pneus, calçado e material elétrico. Do ponto de vista agrícola é uma zona rica, caracterizada pelo minifúndio e onde se cultiva o milho, vinho, batata, fruta, produtos hortícolas e ainda com abundância de gado, sobretudo o bovino. Têm ainda importância as águas minerais de Caldas, Gerês e Vizela que gera algum movimento de turismo, sobretudo interno.

A rede de Correspondentes no País iniciou-se com as localidades de Barcelos, Cabeceiras, Fafe, Famalicão, Guimarães e Lanhoso, vindo a sofrer sucessivos aumentos até atingir o seu máximo em 1960 com 39 correspondências. Em 1976, à data da sua extinção a rede contava com 27 correspondentes. Entre as tarefas de maior importância da Agência contam-se as operações com o Tesouro Público, empréstimos s/ penhor, letras tomadas s/ o país, desconto de letras, transferência de fundos, recolha e troca de notas e aquisição de letras de câmbio e saques do estrangeiro. Os principais problemas com que a Agência se defrontou ao longo de mais de um século de existência de atividade foram o retraimento e desconfiança inicial da população face à circulação de notas do Banco dado que havia, no início, numerosos bancos locais; a insignificância do desconto, em virtude da proximidade das zonas industriais do Porto, da Agência de Guimarães e dos correspondentes da Vila Nova de Famalicão e Barcelos e ainda devido às restrições impostas pela Sede, a concorrência de outros bancos da praça que praticavam taxas de juro inferiores. Em 1975, com a nacionalização da Banca e a promulgação da nova Lei Orgânica do Banco, a Agência apresentou grandes variações de movimentos nos diversos sectores, facto a que não foi alheio o fim da prática do desconto nas Agências. A partir de Abril de 1976, a rede de correspondentes foi extinta e em 1977 eram encerradas a grande maioria das Agências concelhias. Assim, os serviços nas Agências passaram a limitar-se quase exclusivamente às operações de Tesouraria e Tesouro Público. Nesta sequência, em 1978, foram implantados novos serviços, nomeadamente o de Invisíveis Correntes em Abril, o de Compensação em 20 de Junho e o de Apontes e Protestos em 12 de Julho. Em 1980, assistíamos a um decréscimo nos serviços do Tesouro por terem sido implantadas novas modalidades de abastecimento das tesourarias públicas e novas modalidades de pagamento dos vencimentos do funcionalismo público. É também durante este ano que a Agência, por motivos de segurança, passou a funcionar em regime de "banco de acesso condicionado". Em Setembro de 1981 era iniciado o serviço de Operações de Capitais e, no ano seguinte, em Junho, o de Mercadorias. Em 1985, inicia-se o processo de informatização na Agência. Esta Agência continua a funcionar.

**EDIFÍCIO**

A Agência, após obras de adaptação, ficou instalada em parte do edifício do Governo Civil, uma antigo palácio do séc. XVIII, arrendada por um prazo de 18 anos como, aliás, já estava estabelecido para outras agências. No ano de 1900, o Governador Civil solicitou a remoção da Agência do dito edifício argumentando a necessidade de aí instalar serviços policiais. Nesta base, o Banco adquiria uma casa, no Largo de S. João, procedendo a obras de adaptação para aí se instalar a Agência no decorrer de 1904. Atendendo, no entanto, às condições deficientes da referida casa, o Banco decide adquirir um edifício condigno ao exercício da atividade bancária optando pela construção de um de raiz. Assim, em 1918, este adquiria o antigo Teatro de S. Geraldo, sito na Praça da República, nº 1, procedendo em seguida, à sua demolição. O projeto do edifício foi entregue ao arquiteto João de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça e aprovado em 1920 mas só em 30 de Abril de 1928 este era inaugurado, mantendo-se ainda hoje a funcionar no mesmo local.

É um edifício imponente de dois pisos que se impõe no cruzamento onde se situa, todo em pedra aparelhada com elementos neoclássicos, destacando-se nele, ao nível da cobertura, a cúpula de esquina todo esculpida em pedra, onde duas figuras humanas ladeiam uma escultura com as insígnias do Banco. Todo o restante edifício é rasgado por grandes janelas ladeadas por pilastras, apresentando um entablamento que percorre todo o edifício e profusão de decoração ao estilo neo-clássico. Em 1986, por motivos de obras de remodelação realizadas na Agência, os serviços funcionaram durante algum tempo na Rua de S. Marcos em espaço alugado. A autoria da remodelação foi do arquiteto Manuel Tentúgal que conseguiu harmonizar a arquitetura dos anos 80 com a inicial, dos anos 20 tendo a agência começado aí a funcionar em 17 de Outubro de 1988.

**Arrangement**

Cronológico

**Alternative form available**

Nenhuma

**Related material**

Banco de Portugal (BP-CG; BP-DEL; BP-Obras)

**Fill textual content automatically**

□

**Last modification date**

2018-08-03 16:27:22

